

RECURSO ESPECIAL Nº 1.863.494 - SP (2020/0044955-0)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECORRENTE : PREVENT SENIOR PRIVATE OPERADORA DE SAUDE LTDA
ADVOGADO : LUIZ INÁCIO AGUIRRE MENIN - SP101835
RECORRIDO : CRUZ AZUL DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : MATILDE REGINA MARTINES COUTINHO - SP088494
MARIANA SERRANO GOLTZMAN - SP290632
RECORRIDO : ADEMIR GERALDI
ADVOGADO : JANE PIRES DE OLIVEIRA MARTINS - SP132595

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE COBRANÇA. DESPESAS HOSPITALARES. INTERNAÇÃO. REDE NÃO CREDENCIADA. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA Nº 283 DO STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

CRUZ AZUL DE SÃO PAULO (CRUZ) ajuizou ação de cobrança contra ADEMIR GERALDI (ADEMIR), pleiteando o pagamento de despesas hospitalares decorrentes de internação.

ADEMIR denunciou à lide PREVENT SENIOR PRIVATE OPERADORA DE SAÚDE LTDA. (PREVENT), com fundamento em contrato de plano de saúde.

A sentença julgou procedente o pedido, condenando ADEMIR ao pagamento da quantia de R\$ 15.998,27 (quinze mil, novecentos e noventa e oito reais e vinte e sete centavos) [e-STJ, fls. 268/272].

O Tribunal de Justiça de São Paulo negou provimento à apelação interposta por PREVENT e deu provimento ao apelo de ADEMIR, nos termos do acórdão relatado pelo Des. FÁBIO HENRIQUE PODESTÁ assim ementado:

COBRANÇA DE DESPESAS MÉDICO – HOSPITALARES. Paciente que, em situação de urgência (fortes dores no peito), procurou atendimento no hospital mais próximo. Nosocômio não credenciado ao seu plano de saúde. Atendimento de urgência. Realização de angioplastia primária com stent convencional. Transferência na manhã do dia seguinte a hospital credenciado, quando estabilizado o estado de saúde, visto que, diante da gravidade do quadro clínico, não havia condições de transferência no momento da internação. Reembolso que deve ser

integral, porquanto o hospital em questão não foi eleito por mero capricho, mas em virtude do estado de urgência. Inteligência do art. 51, IV do CDC. Operadora litisdenunciada sequer comprovou que as despesas ora cobradas são superiores às que seriam custeadas caso o paciente fosse atendido em rede credenciada. Precedentes. DENUNCIAÇÃO DA LIDE. Desnecessidade de cobrança primeiro do beneficiário para posterior reembolso da operadora. Condenação direta da litisdenunciada. Cabimento. Súmula 537 do STJ. Apelo da denunciada improvido. Recurso do autor provido (e-STJ, fl. 382).

Inconformada, PREVENT interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, sustentando violação do art. 12, VI, da Lei nº 9.656/98, aduzindo, em síntese, que, ainda que se trate de atendimento de urgência, o plano de saúde só está obrigado ao ressarcimento de despesas em rede não credenciada nos limites dos preços praticados pela rede referenciada.

CRUZ e ADEMIR ofereceram contrarrazões (e-STJ, fls. 408/416 e 418/421).

Em juízo de admissibilidade, a Presidência da Seção de Direito Privado do Tribunal paulista admitiu o apelo nobre.

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não comporta acolhimento.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Da limitação das despesas em hospital não credenciado

O acórdão recorrido concluiu que o atendimento deu-se em caráter de emergência, sendo o paciente transferido para hospital da rede credenciada no dia seguinte, reconhecendo a responsabilidade integral de PREVENT pelo pagamento das despesas hospitalares na rede não referenciada, sob o argumento de que esta não teria demonstrado que as despesas teriam sido superiores às eventualmente custeadas caso atendido o paciente na rede credenciada. Vejamos:

Aliás, a operadora de saúde sequer demonstrou que as despesas

Superior Tribunal de Justiça

médico-hospitalares apresentadas pela autora são superiores àquelas que seriam custeadas caso o paciente fosse atendido na rede x credenciada, ônus que lhe competia, à luz do art.373, II, do Código de Processo Civil (e-STJ, fl. 385).

Verifica-se que o fundamento acima destacado não foi impugnado de forma específica nas razões do recurso especial, a atrair a incidência da Súmula nº 283 do STF, por analogia.

Nessas condições, **NÃO CONHEÇO** do recurso especial.

MAJORO para 17% (dezessete por cento) os honorários advocatícios anteriormente fixados em desfavor da PREVENT, nos termos do art. 85, § 11 do NCPC.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de março de 2020.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator